



Plenário: segurança pública é destaque na pauta da semana

Senadores podem votar em segundo turno PEC que cria polícias penais e, em primeiro turno, criação de fundo para financiar polícias estaduais

A proposta de emenda à Constituição que cria as polícias penais no âmbito da União, dos estados e do Distrito Federal pode ser votada em segundo turno esta semana no Plenário. Pela PEC, os atuais agentes peni-

tenciários passam a ter os mesmos direitos que policiais. Também está pronta para ser votada em primeiro turno a PEC que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública. O objetivo é financiar ações de apare-

lhamento, capacitação e integração das forças policiais dos estados. O fundo será formado com tributos pagos pelas indústrias de armas e material bélico, além de imposto recolhido por empresas de segurança privada. **3**

Para especialistas, violência nas escolas é questão de educação

Professores afirmam que a violência nas escolas fica cada vez pior. Cinco em cada dez disseram já ter presenciado agressões a profissionais dentro do ambiente escolar. Apesar disso, especialistas em educação dizem



que é preciso ter cuidado com a repressão nas escolas. Os casos de violência devem ser tratados a partir de uma perspectiva educacional e não policial, segundo eles. Projetos no Senado procuram ajudar nessa tarefa. **4 e 5**



Jefferson Rudy/Agência Senado

Jardim de Infância 603, no DF: coordenadora pedagógica foi agredida fisicamente por mãe de aluno dentro da escola



Geraldo Nogueira/Agência Senado

Paulo Paim (C) comanda debate sobre o combate ao trabalho escravo

Portaria sobre trabalho escravo é alvo de críticas em comissão

O auditor-fiscal do Trabalho Renato Bignami criticou portaria do governo sobre trabalho escravo. Para ele, a norma vai praticamente

inviabilizar o combate ao trabalho escravo. Paulo Paim disse que vai questionar o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira. **8**

Tecnologia ajuda terrorismo a crescer, apontam debatedores

Em audiência na Comissão de Relações Exteriores, debatedores disseram que a tecnologia permitiu a ampliação da área de influência de grupos

terroristas. Presidente da CRE, Fernando Collor disse que o combate ao terror não pode comprometer a privacidade do cidadão comum. **7**



Roque de Sá/Agência Senado

Fernando Collor (E) preside audiência sobre combate ao ciberterrorismo

Procurador acusado de suborno depõe na CPI da JBS **2**

Instituição Fiscal revê projeção com aumento do PIB **7**

Comissões votam emendas à Lei Orçamentária **6**

Justiça Militar julgará crime de militar contra civil **8**

Em evento na Rússia, Eunício pede cooperação dentro do Brics

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, participou no sábado do 3º Fórum Parlamentar do Brics, em São Petersburgo, e defendeu maior integração entre os países-membros do grupo — Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Ele destacou os crescentes fluxos comerciais dentro do bloco. **3**



Presidência Senado Federal

Eunício Oliveira fala em evento do Brics em São Petersburg, na Rússia

Estados saem perdendo com Lei Kandir, indica audiência

O governo não tem como compensar o prejuízo financeiro que os estados já tiveram com a Lei Kandir. Essa foi uma das conclusões do debate que a comissão mista especial sobre a lei promoveu ontem na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Só os gaúchos já perderam R\$ 50 bilhões, disse o secretário da Fazenda do estado, Giovanni Feltes. **6**

Secretário da Mesa: liminar sobre caso Aécio causa surpresa

O secretário-geral da Mesa do Senado, Luiz Fernando Bandeira, afirmou ter recebido com surpresa a decisão liminar de um juiz de primeira instância que determinou que a votação do caso Aécio Neves, marcada para hoje no Plenário, seja aberta, e não secreta. Bandeira disse que o Regimento Interno prevê votação secreta em casos assim. **2**

Secretário-geral recebe com surpresa liminar sobre Aécio

Bandeira diz que Senado não foi informado oficialmente sobre decisão de juiz de 1ª instância que determinou votação aberta na sessão marcada para hoje que vai analisar afastamento do senador

O SECRETÁRIO-GERAL DA Mesa do Senado, Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, disse ter recebido com surpresa a decisão de um juiz federal de Brasília que determinou o voto aberto na sessão sobre o afastamento do senador Aécio Neves (PSDB-MG), prevista para hoje. O juiz Marcio Luiz Coelho de Freitas concedeu a liminar em uma ação popular movida pela União Nacional dos Juizes Federais (Unajuf). Segundo Bandeira, o Senado não foi informado oficialmente da decisão.

— Causou certa surpresa a notícia publicada pela imprensa de que um juiz de primeira instância teria dado uma liminar a respeito do processo legislativo do Senado. Eu desconheço se de fato essa decisão é oficial. Não fomos intimados até o momento. Acredito que, se for verdadeiro, isso causará certo estranhamento na Casa, em virtude da autoridade que teria proferido tal decisão.

Aécio foi afastado do mandato por determinação da 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF). A Procuradoria-Geral da República acusa o senador de ter cometido os crimes de obstrução de Justiça e corrupção passiva.

Constituição

O secretário-geral da Mesa lembrou que a Constituição estabelece o voto aberto nas decisões sobre perda de mandato parlamentar, tanto na Câmara quanto no Senado. Mas, observou, não trata especificamente de decisão sobre medidas cautelares, como o afastamento do mandato e o recolhimento noturno.

— Nesse particular, a Constituição é silente. O Regimento Interno, que é da década de 1970, prevê que casos como esse devam ser deliberados por votação secreta. Foi essa a posição ocorrida em 2015, no

caso do senador Delcídio do Amaral. O [então] presidente Renan Calheiros definiu que a votação seria secreta. No entanto, houve uma questão de ordem com recurso para o Plenário, que decidiu votar abertamente. O que acabamos vendo é que o Plenário é soberano sobre essas matérias — afirmou Bandeira.

O secretário-geral da Mesa disse acreditar que a decisão de hoje no Plenário será rápida.

Como não se trata de um projeto de lei, não serão admitidas emendas. Apenas os

líderes dos partidos devem usar a palavra para orientar as bancadas. O voto “sim” confirma os termos da decisão da 1ª Turma do STF. O voto “não” rejeita a decisão.

— Se o voto “não” obtiver 41 votos ou mais, a maioria absoluta dos membros, as medidas cautelares impostas ao senador Aécio Neves estarão afastadas. Se, no entanto, o “sim” vencer, ou mesmo que o “não” vença, porém com menos de 41 votos, a decisão da 1ª Turma do Supremo segue vigente — explicou o secretário-geral.



Fernando Bandeira diz que Senado não foi notificado de decisão judicial

Ana Amélia defende voto aberto na sessão de hoje

Em discurso na tribuna ontem, Ana Amélia (PP-RS) defendeu a votação aberta no Plenário na decisão sobre o afastamento do senador Aécio Neves, como ocorreu com a votação do ex-senador Delcídio do Amaral. Ela afirmou que a opinião pública está atenta.

— A sociedade bate no Supremo, no Senado, na Câmara, no Executivo. Por quê? Porque ela tem as redes sociais. As instituições estão sob o crivo de uma avaliação social e popular.



Na visão de Paim, votação no Plenário não pode ser fechada

Paulo Paim (PT-RS) defendeu votação aberta na sessão em que será definida a situação de Aécio Neves, afastado do mandato por decisão da 1ª Turma do STF. Autor de uma proposta que deu origem à emenda constitucional que acabou com a votação secreta em algumas situações, Paim afirmou que esse tipo de voto é típico dos regimes autoritários e impede que a sociedade saiba qual é o posicionamento de cada parlamentar sobre as decisões tomadas.

— O processo tem que ser transparente — afirmou.

CPI da JBS ouve procurador acusado de receber suborno

A CPI Mista da JBS tem reunião marcada para hoje, às 9h, quando vai ouvir o procurador federal Ângelo Goulart Villela. Ele foi acusado de ter atuado como infiltrado na força-tarefa da Operação Greenfield, do Ministério Público e da Polícia Federal, em troca do recebimento de suborno da empresa JBS.

Na mesma reunião, a CPI vai votar o requerimento que pede a transferência dos

sigilos bancário, fiscal, telefônico e de e-mail do ex-chefe de departamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) José Cláudio Rego Aranha. A quebra de sigilo é para o período em que Aranha acumulou a função de funcionário do BNDES e integrante do Conselho de Administração da JBS, entre setembro de 2007 e junho de 2008.

A comissão ainda vai votar

a convocação do empresário Victor Garcia Sandri e o convite ao ex-ministro da Justiça Eugênio Aragão. Conforme o requerimento, Aragão é doutor em direito e poderá colaborar com os trabalhos da CPI.

Amanhã, às 9h, a comissão vai ouvir Francisco Assis e Silva, executivo da JBS, e Vinicius Marques de Carvalho, ex-presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Raupp diz que há professores que, apesar das dificuldades, conseguem inovar

Valdir Raupp (PMDB-RO) homenageou os professores e disse que, apesar das dificuldades, muitos conseguem inovar. O senador citou os casos de Jadiael Rodrigues da Silva, professor de história em Candeias do Jamari (RO),



que desenvolveu um aplicativo para aperfeiçoar o ensino, e de Luiz Suruí, professor indígena que leciona geografia e desenvolveu um projeto com base no conhecimento tradicional de sua etnia.

Medeiros pede liberação de verbas para duplicação de rodovia em Mato Grosso

José Medeiros (Pode-MT) relatou no Plenário que foi recebido pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge, para tratar da duplicação da BR-163. Ele explicou que as obras haviam sido paralisadas pela



crise econômica e pela interrupção da liberação dos recursos pelo BNDES, após denúncias da Lava Jato. Esse argumento, segundo Medeiros, não é mais aceito pelos mato-grossenses, que exigem a conclusão da obra.

Bezerra afirma que leilões de campos de petróleo vão reativar a economia

Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ressaltou o otimismo de setores da sociedade com os leilões de campos de petróleo e gás, que devem contribuir para a reativação da economia e o equilíbrio fiscal do governo.



— Esses leilões vão viabilizar investimentos vultosos, que vão animar a economia e permitir o reencontro do estado do Rio de Janeiro com crescimento, geração de emprego e equilíbrio fiscal.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CDH Técnicos em radiologia**
9h Audiência interativa para debater alterações na Lei 7.394/1985, que regula a profissão de técnico em radiologia. Ao meio-dia, análise de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) 2018.
- CI Emendas**
9h Pauta de 14 itens. Na sequência, análise das emendas ao PLOA 2018.
- CPI DA JBS Depoimento**
9h Procurador Ângelo Goulart Villela. Depois, análise de requerimentos.
- CAE Indicações para o Cade**
10h Sabatina de indicados para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Depois, pauta de 13 itens.
- CMA Bacias hidrográficas**
10h Análise de emendas ao PLOA 2018. Logo após, audiência interativa sobre a revitalização de bacias hidrográficas
- MP 791/2017 Agência de mineração**
10h A comissão da MP faz audiência interativa.
- CRA Inscrição em cadastro rural**
11h O PLS 733/2015, que prevê inscrição individual de lote em cadastro rural, é um dos 3 itens da pauta.

- CE Prova para professor do ensino básico**
11h30 Na pauta de 15 itens, o PLS 76/2016, que prevê provas práticas para professores do ensino básico.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Na pauta, votação sobre o afastamento do senador Aécio Neves.
- CAS Ozonioterapia**
14h Audiência interativa sobre o PLS 227/2017, que regula o uso da ozonioterapia.
- CCT Radiodifusão**
14h Entre 24 itens, 19 concedem autorização a serviços de radiodifusão.
- VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Emendas**
14h Emendas ao PLOA 2018 e requerimentos.
- CMO Emendas**
14h30 Emendas ao PLOA 2018. Depois, pauta de 6 itens.
- CPI DOS MAUS-TRATOS Requerimentos**
14h30 Análise de requerimentos.
- MP 787/2017 Imóvel no Espírito Santo**
14h30 Análise de relatório.
- MP 789/2017 Royalties da mineração**
14h30 Análise de relatório.
- MP 795/2017 Tributação do petróleo**
14h30 Análise de relatório.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• **Alô Senado:** 0800 612211
• **Acompanhe:** • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• TV: senado.leg.br/TV

Segurança é destaque na pauta do Plenário

Senadores podem votar criação de polícias penais e fundo para financiar polícias estaduais, além de urgência para proposta que muda representação por estado na Câmara

O SENADO PODE votar a partir de hoje propostas de emenda à Constituição (PECs) que tratam da segurança pública. Entre os textos na pauta do Plenário, estão o que cria as polícias penais e o que institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública.

A PEC 14/2016, que cria as polícias penais no âmbito da União, dos estados e do Distrito Federal já foi aprovada em primeiro turno e está pronta para a votação em segundo turno. Se for aprovada, seguirá para a Câmara dos Deputados. A intenção é garantir a agentes penitenciários os direitos inerentes à carreira policial.

Competência

Do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), a PEC acrescenta essas polícias ao rol dos órgãos do sistema de segurança pública e determina como competência a segurança dos estabelecimentos penais e a escolta de presos. A intenção, diz o autor, além de igualar os direitos de agentes penitenciários e policiais, é liberar as polícias civis e militares das atividades de guarda e escolta de presos.

O texto foi aprovado com alterações feitas pelo relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Hélio José (PMDB-



Waldemir Borreto/Agência Senado - 10/10/2017

Plenário do Senado: duas propostas de emenda à Constituição ligadas à segurança pública podem ser votadas

-DF). Entre as mudanças, está a troca da expressão “polícia penitenciária” para “polícia penal”. Na avaliação do senador, a expressão anterior limitaria seu âmbito a uma das espécies de unidade prisional, as penitenciárias, e seria incompatível com a fiscalização do cumprimento da pena nos casos de liberdade condicional ou penas alternativas.

Fundo

Outro texto pronto para votação em primeiro turno é a PEC 24/2012, que cria o Fundo

Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública. O objetivo é financiar ações de aparelhamento, capacitação e integração das forças policiais dos estados.

O texto transfere para o fundo dois tributos pagos pelas indústrias de armas e material bélico: o IPI, recolhido pela União, e o ICMS, cobrado por estados e Distrito Federal. O fundo é formado ainda pelo ISS pago pelas empresas de segurança privada aos municípios.

A PEC, do senador João Capiberibe (PSB-AP), tam-

bém define critérios para a distribuição do dinheiro após a formação do fundo. Devem ser levados em conta indicadores de violência, número de alunos matriculados na educação básica, quantidade e remuneração dos policiais e aparelhamento desses profissionais em cada estado e no Distrito Federal.

Justiça Eleitoral

Também pode ser votada em primeiro turno a proposta que impede pessoas com filiação partidária recente de se tornarem juízes da Justiça

Eleitoral. De acordo com o texto (PEC 4/2017), não podem ser integrantes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dos tribunais regionais eleitorais e das juntas eleitorais advogados e cidadãos indicados que tiverem sido filiados a partidos políticos nos dois anos anteriores à posse no cargo ou ao início do exercício da função. A intenção é garantir a imparcialidade nos julgamentos.

HIV

A criação do Dezero Vermelho, movimento dedicado à prevenção, à assistência, à proteção e à promoção dos direitos humanos das pessoas que vivem com o vírus da Aids, também está na pauta. O texto (PLC 60/2017), recomenda a iluminação de prédios públicos com a luz vermelha, a realização de palestras e atividades educativas, a veiculação de campanhas na mídia e a promoção de eventos para alertar a população sobre os riscos de se contraírem a Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis.

Os senadores também podem votar o pedido de urgência para o projeto que altera a representação por estado na Câmara a partir da próxima legislatura (2019-2023). O PLS 315/2016 leva em conta a atualização da população pelo IBGE feita em 2015.

Na Rússia, Eunício pede maior cooperação entre países do Brics

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, participou no sábado, na Rússia, do 3º Fórum Parlamentar do Brics (bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). O encontro aconteceu à margem da 137ª Assembleia-Geral da União Interparlamentar.

Eunício destacou o fórum como uma importante oportunidade para o bloco estreitar o intercâmbio entre os Parlamentos e explorar novas iniciativas conjuntas. Em especial, ele citou o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR), assinalando o financiamento de US\$ 300 milhões do BNDES a projetos de energia eólica formalizado com o NBD em abril.

— Temos cooperado em vários setores, como comércio, ciência e tecnologia, agricultura, educação, saúde, segurança, energia, transportes e meio ambiente — afirmou.

Áreas prioritárias

De acordo com o presidente do Senado, sem desconsiderar quaisquer avanços na relação intrabloco, três áreas são prio-

ritárias para o Brasil: saúde, energia, e ciência e tecnologia.

— Vemos nessas áreas a possibilidade de melhoria da qualidade de vida de nossas populações, de maior inovação para nossas indústrias e de diversificação de nossa matriz energética. Além disso, por meio dessas três áreas, estaríamos contribuindo para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável assumidos por todos os países perante as Nações Unidas no âmbito da Agenda 2030 — disse.

Comércio

Eunício também falou sobre o incremento do comércio internacional e lembrou que, entre 2002 e 2013, pouco mais de dez anos, o comércio entre os países do Brics cresceu cerca de dez vezes, mesmo sem um acordo comercial dentro do bloco.

— Precisamos estar atentos ao potencial comercial existente dentro de nosso agrupamento e, como parlamentares, adotar as providências necessárias à permanente atualização de



Presidência Senado Federal

Eunício (D), ao lado de parlamentares do Brics, participa de encontro internacional em São Petersburgo

nossas respectivas legislações, de modo a mantermos nossos fluxos comerciais abertos — alertou.

Outro ponto que mereceu consideração de Eunício diz respeito aos investimentos diretos entre os integrantes do Brics. No caso do Brasil, o presidente informou que o estoque de investimentos diretos de países do bloco cresceu de US\$ 162 milhões em 2005 para US\$ 15 bilhões em 2014.

Por fim, ele ressaltou a capacidade do Brics de projetar globalmente percepções e interesses comuns em ampla gama de temas, como a paz, a segurança internacional, o comércio e as mudanças climáticas e, por isso, convocou os países-membros a ampliar a cooperação interinstitucional.

— O governo brasileiro prefere abordar essas questões por sua vertente operativa, mais do que política ou até

mesmo filosófica. Como presidente do Congresso do Brasil, juntamente com meus colegas do Parlamento brasileiro aqui presentes, desejo expressar minha confiança na experiência e responsabilidade de todos os senhores. Temos um importante papel a desempenhar na condução dos assuntos que dizem respeito à paz internacional e à preservação de nosso planeta.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Violência nas escolas não é caso de polícia, afirmam especialistas

Metade dos professores que responderam a pesquisa feita pelo Inep disseram ter presenciado agressão verbal ou física de alunos e de familiares contra profissionais da escola. Professores se dizem desprotegidos

Thais Böhn

REVOLTA, IMPOTÊNCIA E angústia são sentimentos que afloram na coordenadora do Jardim de Infância 603, no Recanto das Emas (DF), Cláudia Ferreira, quando lembra da agressão infligida a ela pela mãe de dois alunos no final de setembro.

A violência começou durante uma conversa rotineira entre pais e professores. Diante do comportamento hostil da mãe, Cláudia pediu “mais educação”. A frase culminou no ato de agressão.

— A mãe jogou a coordenadora no chão e começou a espancá-la. Todo mundo que tentava contê-la apanhava também — conta a diretora do Jardim de Infância 603, Fabíola da Costa.

A diretora afirma que, anteriormente, a mãe já mostrara um comportamento violento e desrespeitoso em relação aos funcionários da escola. Em algumas ocasiões, os educadores chegaram a acionar o Batalhão Escolar da Polícia Militar para garantir a segurança dos agredidos. Em 28 de setembro, entretanto, não deu tempo.

Apesar de chocantes, as histórias de violência dentro de ambientes de ensino estão cada dia mais comuns. Em agosto, a professora Marcia Friggi, de Santa Catarina, postou uma foto nas redes sociais na qual aparece com o olho roxo e o nariz sangrando. Os hematomas foram provocados por um aluno de 15 anos que não aceitou ser expulso de sala por mau comportamento. O caso ganhou repercussão nacional.

O convívio entre educadores e alunos foi objeto de um levantamento feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) em 2015, por meio dos questionários da Prova Brasil. De acordo com os resultados da pesquisa, 50% dos professores haviam presenciado

algum tipo de agressão verbal ou física por parte de alunos contra profissionais da escola. Quase 30 mil declaram terem sofrido ameaças de estudantes.

Mas não só os alunos são violentos. As agressões também vêm dos familiares.

— Imaginamos que a violência acontece só na relação entre professor e aluno, mas também somos agredidos física e psicologicamente pelas famílias. Ameaças e discussões em tom agressivo são frequentes — explica o diretor do Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF), Cláudio Antunes.

Medidas protetivas

As medidas para diminuir esse tipo de violência, afirma o senador Paulo Paim (PT-RS), devem ser rígidas. Ele apresentou um projeto de lei que estabelece a punição judicial dos agressores e prevê medidas protetivas para os professores (PLS 191/2009). O projeto foi apelidado de Lei Carlos Mota, em referência ao diretor homônimo assassinado em 2008 por impedir a venda de drogas nas imediações do Centro de Ensino Fundamental Lago Oeste, no Distrito Federal.

Na justificativa, o senador observa que o ordenamento

jurídico fornece forte aparato de proteção a crianças e adolescentes, mas não ampara o outro lado: os educadores.

Os debates em torno do projeto, contudo, envolvem aspectos delicados, explica a consultora do Senado Tatiana Feitosa. Para a especialista, a linha muito punitiva da proposta pode resultar em outros problemas, como a exclusão precoce dos alunos “problemáticos”.

— Às vezes, o adolescente passou por um momento de violência que não resultaria em nada mais sério. Mas, como ele foi punido e excluído, a própria escola trabalha para encaminhá-lo para o sistema carcerário — explica Tatiana.

Para a consultora, a atuação do profissional de segurança dentro das escolas deve servir para a proteção de ameaças externas, e não de conflitos entre os membros da comunidade escolar.

O mesmo pensa a pesquisadora do Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Diniz. Na opinião dela, há no ambiente escolar cautela quanto a interferências externas, em decorrência da natureza do processo educacional.

— Em geral, as escolas tentam lidar com essas situações



Escola no DF: especialistas entendem que a polícia deve defender a escola de ameaças externas, e não da comunidade escolar

chamando o pai ou exercendo o próprio sistema punitivo interno. A escola é o local de aprendizado — explica Bárbara.

Violência entre alunos

Conforme o *Diagnóstico Participativo das Violências nas Escolas*, feito pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais em parceria com o Ministério da Educação, 69,7% dos jovens afirmam terem visto algum tipo de agressão dentro da escola. Em 65% dos casos, a violência parte dos próprios alunos; em 15,2% dos professores; em 10,6%, de pessoas de fora da escola; em 5,9%, de funcionários; e em 3,3%, de diretores.

O tipo de violência mais comum sofrida pelos alunos, segundo o diagnóstico, é o cyberbullying (28%): ameaças,

xingamentos e exposições pela internet. Roubo e furtos respondem por 25%; ameaças, 21%; agressões físicas, 13%; violência sexual, 2%. Outros tipos não especificados respondem por 11%.

— O cyberbullying reflete o que acontece dentro da escola. É um processo mais difícil de controlar e contornar — opina Bárbara Diniz.

Saúde

A PUC do Rio Grande do Sul, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), iniciou pesquisa para entender os efeitos da violência no desempenho escolar e no cérebro de crianças expostas à violência não responde quando elas precisam decidir sobre sentimentos de terceiros. O cérebro de crianças expostas à violência não responde quando elas precisam decidir sobre sentimentos de terceiros. O cérebro de crianças expostas à violência não responde quando elas precisam decidir sobre sentimentos de terceiros.

A violência sofrida na infância pode se refletir na idade adulta, continua ele. O estresse aumenta as chances de desenvolvimento de doenças vasculares, transtornos psicológicos e envolvimento com álcool e drogas.

Maior parte dos estudantes frequenta escolas situadas em áreas de risco

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 50,8% dos alunos frequentam escolas situadas em áreas de risco, com presença de roubos, furtos, assaltos, troca de tiros, consumo de drogas e homicídios. Nesse cenário, a presença constante das forças de segurança é imprescindível.

No Distrito Federal, o número é ainda mais drástico: 77,4% dos alunos estudam em instituições situadas em locais perigosos. Os profissionais de segurança são terceirizados e atuam nos turnos diurno e noturno, portando armas não letais, de acordo com a Secretaria de Educação. Está em vigor, ainda, uma parceria com o Batalhão Escolar da Polícia Militar. “O batalhão trabalha por meio de rondas. Os policiais estão em contato direto com a equipe de direção das escolas para o pronto atendimento de qualquer demanda”, diz nota da secretaria.

Pelo menos no Jardim de Infância 603, no Recanto das Emas, isso não acontece. A escola nem sequer conta com profissionais de segurança para os horários de entrada e saída dos alunos. São apenas quatro porteiras mulheres, que trabalham por escala, sem nenhum equipamento.

— Os vigias trabalham só à noite para cuidar do patrimônio quando a escola está vazia. Vigias para cuidar do patrimônio pessoal, nós não temos. Aqui entra bêbado, pedinte, entra quem quiser entrar. Eu, como diretora, é que preciso con-

trolar essas situações. Nós somos muito vulneráveis — desabafa Fabíola da Costa.

Laços com a escola

Para a pesquisadora da Universidade Estadual Paulista (Unesp) Raquel Lazzari, a violência no âmbito escolar decorre de uma organização social debilitada. Também colaboram vários aspectos do lugar onde as agressões se materializam, como a desconexão entre a escola e o estudante.

— O aluno não vê sentido em estar ali. A escola não consegue esclarecer sua função social. Ainda há o descaço dos profissionais da educação. De que maneira a escola está tratando esses jovens, que muitas vezes já veem de ambientes violentos? Segundo ela, a instituição educacional não consegue alterar a realidade violenta, mas pode minimizar os efeitos externos que levam à agressividade. É preciso, no entanto, vontade dos educadores, assim como estrutura física e valorização profissional. O elemento-chave para diminuir a violência contra os professores é a interação com a comunidade, na visão da pesquisadora.

— Quando o aluno respeita ou gosta do professor, ele não agride. Ele agride quando ele não sente necessidade de respeito. Os laços afetivos entre professores e alunos são necessários para uma educação de qualidade, opina o diretor do Sinpro-DF, Cláudio Antunes.

— Os pais, em geral, traba-

Números que assustam

O Censo Escolar 2015, feito pelo Inep, mostra os números da violência dentro das escolas. Foram entrevistados 262.417 professores de escolas públicas e privadas por meio da Prova Brasil, destinada inicialmente a avaliar a qualidade do ensino

- Presenciou agressão verbal ou física de alunos a professores ou a funcionários da escola?**
Sim - 132.244 professores (50%)
- Você foi vítima de atentado à vida?**
Sim - 4.714 professores (2%)
- Você foi ameaçado por algum aluno?**
Sim - 22.692 professores (9%)
- Você foi vítima de furto (sem uso de violência)?**
Sim - 13.762 professores (47%)
- Você foi vítima de roubo (com uso de violência)?**
Sim - 2.951 professores (1%)
- Alunos frequentaram as suas aulas sob efeito de bebida alcoólica?**
Sim - 13.015 professores (5%)
- Alunos frequentaram as suas aulas sob efeito de drogas ilícitas?**
Sim - 29.737 professores (11%)
- Alunos frequentaram as suas aulas portando arma branca (facas, canivetes)?**
Sim - 12.078 professores (5%)
- Alunos frequentaram as suas aulas portando arma de fogo?**
Sim - 2.365 professores (1%)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Inep

lharam o dia inteiro. A referência dessas crianças e adolescentes são os professores. Mas é difícil dar atenção para 40 alunos ao mesmo tempo. Aliado a isso, ainda temos uma quantidade insuficiente de orientadores para o número de alunos, que são os profissionais responsáveis pela intervenção pedagógica entre o estudante, a família e os professores. Isso tudo cor-

roborou o quadro de violência na educação — analisa Antunes. Segundo Raquel Lazzari, é preciso trabalhar em torno de questões éticas, discutir violência com os alunos e com a comunidade e integrar os pais à esfera escolar. — Devemos mostrar aos alunos que, ao destruírem a escola, estão destruindo a própria chance de uma sociedade melhor.

Senado vota medidas contra agressões nas escolas e bullying entre alunos

Em setembro, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou o PLS 469/2015, que agrava a pena para crimes praticados dentro ou nas imediações de escolas. Segundo o projeto, o juiz poderá aumentar a pena em até metade, se o crime for praticado em situação de tocaia nas imediações de residência, no interior de escola ou em raio de até cem metros de escola.

“Buscamos evitar que crianças e adolescentes testemunhem ou sejam vítimas de crimes”, justifica o senador Raimundo Lira (PMDB-PB), autor da proposta. O projeto aguarda votação em Plenário.



Raimundo Lira, autor de projeto que agrava pena para crimes em escola

Também tramitam na CCJ, em conjunto, outros dois projetos relativos à violência no ambiente escolar.

O PLS 251/2014 cria o Programa de Prevenção da Violência na Rede Educacional Brasileira, com o objetivo de garantir a segurança e a integridade de professores e alunos. Já o PLS 438/2012 modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a prevenção da violência nos estabelecimentos de ensino.

Esses dois projetos foram apresentados pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) com base em sugestões de adolescentes que participaram do Projeto Jovem Senador. Ambos aguardam designação do relator.

Combate ao bullying

Em 2016, foi aprovada uma lei que instituiu o dia 7 de abril como o Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola.

A data escolhida pela Lei 13.277/2016 relembra a pior tragédia do gênero ocorrida

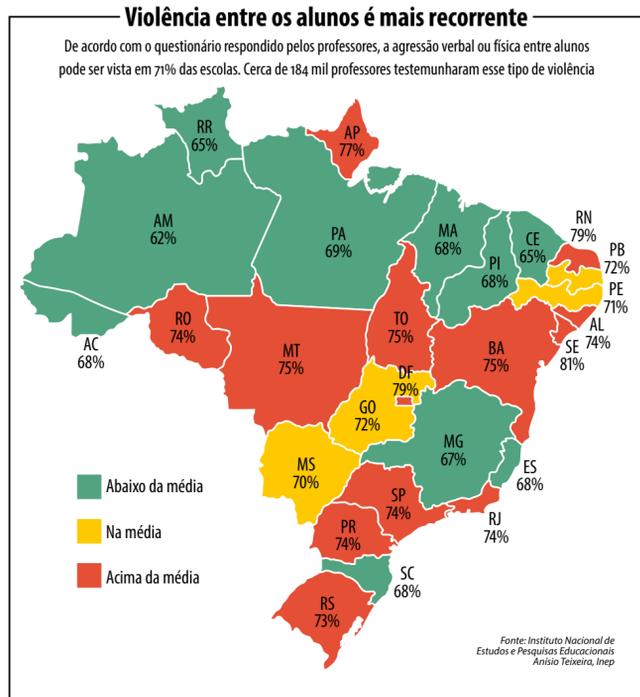
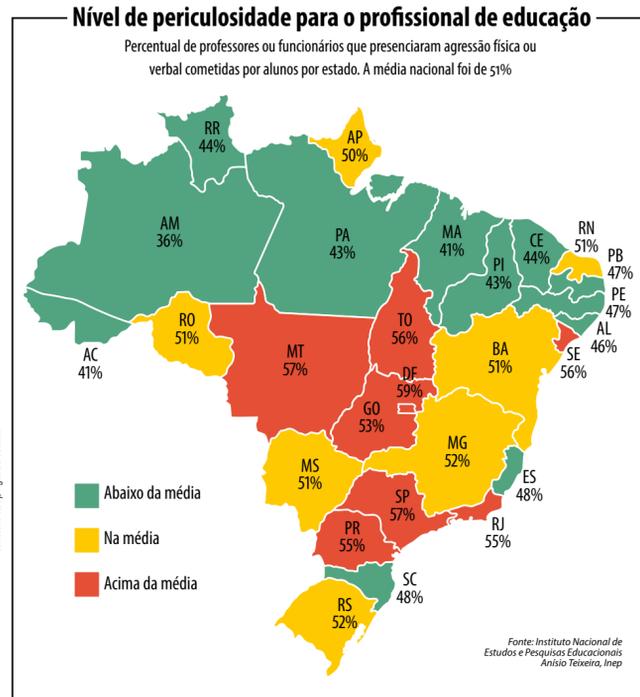
no Brasil, conhecida como o Massacre de Realengo.

Em 2011, um ex-aluno da Escola Municipal Tasso da Silveira, localizada no bairro de Realengo, no Rio de Janeiro, invadiu a instituição armada e matou 12 alunos, com idade entre 13 e 16 anos. A violência foi atribuída a problemas psicológicos causados pelo bullying sofrido ao tempo em que ele frequentou a Tasso da Silveira.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) foi relatora do projeto na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e o defendeu: “Não podemos negar essa realidade e precisamos reconhecer que, em um mundo



Vanessa Grazziotin, relatora de projeto que criou Dia de Combate ao Bullying



Fabíola da Costa, diretora do Jardim de Infância 603, no Distrito Federal

Saiba mais

- Prova Brasil**
<http://bit.ly/dadosbrasil>
- Projeto da Lei Carlos Mota**
<http://bit.ly/carlosmota>
- Diagnóstico Participativo das Violências nas Escolas: falam os jovens**
<http://bit.ly/opiniaojovens>
- Lei 13.277**
<http://bit.ly/bullying>
- Anuário Brasileiro de Segurança Pública**
<http://bit.ly/segpub2016>
- PLS 469/2015**
<http://bit.ly/pviolencia>
- PLS 251/2014**
<http://bit.ly/prevencaoviolencia>
- PLS 438/2012**
<http://bit.ly/prevencaoviolencia2>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Regulação da Lei Kandir preocupa gaúchos

Em debate em Porto Alegre, secretário da Fazenda diz que estado já perdeu R\$ 50 bilhões. Para Lasier Martins, governo federal não tem condição de compensar perdas totais

A COMISSÃO MISTA Especial sobre a Lei Kandir (Lei Complementar 87/1996) promoveu ontem, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, audiência pública para tratar do tema. Senadores estão preocupados com uma proposta exequível e com o prazo para a nova regulamentação, mas deputados estaduais, federais e outros políticos do estado sugeriram que perdas de receitas passadas com a desoneração promovida pela norma sejam compensadas por abatimentos na dívida do Rio Grande do Sul com a União.



Relator da comissão, Wellington fala ao lado de Lasier (C) e representantes do governo do Rio Grande do Sul

Finanças em risco

De acordo com o ex-governador Germano Rigotto, os estados nunca receberam o montante que teriam direito, o que prejudicou seriamente suas finanças. O secretário da Fazenda, Giovani Feltes, destacou que os estados vêm acumulando prejuízos e defendeu a negociação de uma solução definitiva:

— As perdas dos estados são de R\$ 548 bilhões. No caso do Rio Grande do Sul são R\$ 50 bilhões. Nós queremos os R\$ 50 bilhões, mas a União teria condições de desembolsar esse montante? O ideal seria o ressarcimento integral. Mas há que se verificar as condições do Tesouro da União — assinalou.

O ex-senador Pedro Simon, por sua vez, sugeriu utilizar o saldo não pago pelas compensações como abatimento da dívida dos estados com a União. Os deputados federais Henrique Fontana (PT-RS) e Bohn Gass (PT-RS) e o deputado estadual Luiz Fernando Mainardi (PT) disseram que estados e municípios não devem abrir mão dos créditos e apoiaram o “encontro de contas”.

— Eu te devo e você me deve. Que negócio é esse de só eu te pagar? Que seja feita a compensação — disse Mainardi.

Auxílio financeiro

Relator da comissão, Wellington Fagundes (PR-MT)

destacou que houve um progresso nas negociações entre a comissão e o Ministério da Fazenda, que admite que os recursos do Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX) passem a ser definidos em lei e não anualmente pelo governo.

Compensação

O FEX foi criado pela União para compensar os estados pelas perdas com a Lei Kandir, que desonerou de ICMS a exportação de produtos primários e semielaborados. O fundo tem seus coeficientes de partilha estabelecidos em medida provisória publicada anualmente. Com isso, os governadores passaram a

negociar a cada ano com o Executivo o montante a ser repassado, mediante recursos alocados no Orçamento da União.

— Eles aceitam que a partir de agora o FEX seja impositivo. Agora precisamos discutir que valor será essa compensação. Muitos discutem o passado. Acho que é difícil discutir o passado. Acho que devemos encontrar números para que o governo comece a cumprir — defendeu o relator.

Prazo no fim

Wellington lembrou que o prazo para o Congresso aprovar a lei complementar sobre compensações da Lei Kandir termina no dia 30 de

novembro de 2017.

— Há um espaço muito grande entre aquilo que estados e municípios entendem que têm direito e aquilo que o governo federal entende que é possível. Precisamos de um relatório que seja possível aprovar e possível de o governo cumprir. Não adianta nada aprovar e o governo não ter como cumprir — assinalou Wellington.

Proponente do debate, Lasier Martins (PSD-RS) disse achar pouco provável que o governo federal tenha condições de compensar as perdas passadas na totalidade.

— A Lei Kandir foi no sentido de estimular o setor produtivo de commodities, entretanto as perdas foram se acumulando ao longo do tempo, principalmente nos últimos 14 anos. Mas poucos acreditam na possibilidade de recuperar o passado — argumentou o senador.

Lei Kandir

Em vigor desde 1996, a Lei Kandir isenta da incidência do ICMS as exportações de produtos não industrializados. Até 2003, a Lei Kandir garantiu aos estados o repasse de valores a título de compensação pelas perdas decorrentes da isenção do ICMS nas exportações. Mas a partir de 2004 a Lei Complementar 115 deixou de fixar o valor, apesar de manter o direito ao repasse.

Comissões votam emendas ao Orçamento de 2018

Termina na sexta-feira o prazo para que as comissões do Senado e da Câmara votem suas emendas ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2018 (PLN 20/2017), que está na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Cada comissão pode apresentar até oito emendas ao Orçamento, desde que no âmbito de suas competências regimentais. Não há limite financeiro para a apresentação de emendas. Hoje haverá reuniões para a escolha dessas emendas na Comissão de

Meio Ambiente (CMA), às 10h, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), às 12h, e na Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, às 14h30. Na Comissão de Infraestrutura (CI), a votação das emendas ocorrerá após a reunião deliberativa, que tem início marcado para as 9h.

Na CMA, o relator é Davi Alcolumbre (DEM-AP) e na CI, Acir Gurgacz (PDT-RO).

Amanhã será a vez da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) votar suas emendas, às

9h. O relator é Dalírio Beber (PMDB-SC).

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), que se reúne às 11h30, tem 233 sugestões de emendas à LOA apresentadas pelos senadores. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne após a reunião deliberativa que terá início às 10h.

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) tem reunião às 9h para avaliar 136 sugestões de emendas. O relator é Paulo Rocha (PT-PA).

Relatório de MP que muda regras da mineração será lido amanhã

A comissão mista destinada a analisar a Medida Provisória (MP) 790/2017 emitirá seu relatório amanhã. O texto altera o Código de Mineração (Decreto Lei 227/1967) e a Lei 6.567/1978, que dispõe sobre regime especial para exploração e aproveitamento de determinadas substâncias minerais.

A medida provisória foi tema de uma série de audiências públicas, nas quais, entre outros temas, os debatedores

salientaram a necessidade de modernização do marco regulatório da mineração.

Em sua comissão mista, o texto recebeu um grande número de emendas, situação que preocupou o relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). O texto deverá ser recebido pela Câmara dos Deputados até 7 de novembro.

A leitura do relatório de Flexa está agendada para as 14h30 de amanhã.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Tecnologia ajuda terrorismo, aponta debate

Em audiência na Comissão de Relações Exteriores, o presidente do colegiado, Fernando Collor, disse que combate ao terror não pode comprometer a privacidade do cidadão

EM AUDIÊNCIA PROMOVIDA ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), os debatedores apontaram que o uso da tecnologia permitiu aos grupos terroristas a ampliação de sua área de influência e do alcance de suas ações. A audiência ocorreu dentro 14º painel do ciclo de debates da CRE e foi intitulada “Terrorismo e ameaças cibernéticas no século 21: os inimigos sem rosto”.

O presidente da CRE, Fernando Collor (PTC-AL), disse que o combate ao terrorismo não pode significar a invasão da privacidade do cidadão comum. Segundo ele, a cada momento de avanço de medidas de combate aos ataques terroristas, “se avança também na invasão da intimidade do cidadão comum”. O senador lembrou que no Brasil a intimidade do cidadão é cláusula pétreia.

— É preciso haver uma legislação que puna aqueles que usam de forma irregular e irresponsável esses equipamentos para expor pessoas do povo. Muitas dessas pessoas às vezes são apontadas como culpadas por uma determinada ação criminosa, quando na verdade são inocentes.

Collor citou como exemplo positivo a realização dos jogos olímpicos do Rio de Janeiro, no ano passado. Ele elogiou as



Collor (4º à esq.) preside a audiência da Comissão de Relações Exteriores sobre terrorismo e ameaças cibernéticas

ações de combate ao terrorismo, já que não houve registro “nem de briga de rua”.

Ciberterrorismo

O professor Jorge Mascarenhas Lasmar, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), admitiu que a definição do termo é complexa, mas apontou que o ciberterrorismo é “o uso politicamente motivado de computadores por usuários dispostos a usar a violência para influenciar decisões”. De acordo com ele, os terroristas têm usado a internet como via de recrutamento e meio de propaganda — o que vai além da simples forma de comunicação ou da busca de financiamento.

Lasmar registrou que o Brasil não pode se considerar imune

ao terrorismo. Ele destacou que já existem casos nacionais do uso da internet para recrutamento, como o que ocorreu com uma jovem do Pará, que queria entrar para o Estado Islâmico. O professor registrou que recentes ataques terroristas, como os ocorridos na Europa, foram coordenados em redes sociais e por meio de celulares.

Comunicação direta

Segundo Lasmar, o terrorismo tem utilizado comunicação direta entre terminais de computadores, sem passar por provedores de internet, o que dificulta a fiscalização estatal.

— Os ataques tradicionais têm sido facilitados pelo uso da tecnologia.

Segundo o diretor de Relações Institucionais da Aca-

demic Network at São Paulo (Rede ANSP), general de divisão Paulo Sergio Melo de Carvalho, o uso das tecnologias pelos grupos terroristas exigiu a adaptação das ações militares. Ele informou que o Estado Islâmico tem até um *help desk* 24 horas para os seus membros. Ele lembrou que as tecnologias estão disponíveis tanto para os militares quanto para os terroristas e pediu uma maior cooperação entre as entidades privadas e estatais.

— Não adianta mais combater só com fuzil. Precisamos também combater com os recursos da cibernética.

O professor Gills Vilar, da Universidade Federal de Rondônia (Unir), apontou que, depois do atentado às Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001, grupos não estatais

passaram a usar recursos tecnológicos como um novo caminho para o terrorismo. Segundo Vilar, o uso das redes sociais, em que “todos falam com todos”, permite a disseminação das ideologias terroristas.

— Precisamos positivar, no sentido de tornar real, o que é terrorismo cibernético, levando em conta todos os princípios do direito internacional.

Inteligência

O coordenador-geral de Defesa da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Marcus Reis, defendeu a ampliação dos setores de inteligência do governo. Para ele, a inteligência é essencial na luta contra o terror, principalmente na prevenção de atos terroristas.

— O Estado precisa aprender a atuar diante dessa situação. Estamos falando de uma questão global. Antes, o terror era contra o Estado, mas hoje é contra os civis.

A realização da audiência foi sugestão do presidente da comissão, senador Fernando Collor (PTC-AL), que coordenou o debate. A presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, Bruna Furlan (PSDB-SP), o senador Hélio José (PMDB-DF) e embaixadores estrangeiros no Brasil acompanharam a audiência.

Estudo prevê aumento do PIB em 2017 e 2018

O último relatório publicado pela Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado prevê crescimento econômico em curto prazo. O estudo traz a revisão das projeções do PIB de 2017 (de 0,46% para 0,7%) e 2018 (de 1,96% para 2,3%).

As perspectivas de crescimento econômico mais elevado, neste e no próximo ano, levarão a melhores resultados fiscais recorrentes, aponta o relatório. A melhora nas projeções do PIB decorre da incorporação do resultado positivo do segundo trimestre e do bom desempenho dos indicadores de alta frequência.

Consumo

O consumo das famílias assume o papel de protagonista no processo de retomada da economia, em substituição à agricultura. Em termos de contribuição para o resultado agregado, destacam-se as vendas de bens duráveis: veículos, motocicletas, partes e peças (5,1%), material de construção (3,4%) e móveis e eletrodomésticos (3,8%).

Há sinais de melhora também no mercado de trabalho com recuperação do emprego formal. No trimestre encerrado em agosto, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, a massa salarial avançou 2,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, em termos reais, resultado do crescimento de 1% da população ocupada e de 1,9% do rendimento médio real do trabalho.

— É um processo lento e gradual com efeitos positivos na arrecadação. A gente já consegue ver esse efeito nos resultados de mais curto prazo. No mês de agosto, a arrecadação cresceu a dois dígitos— observa o diretor da IFI, Gabriel Leal de Barros.

Desafio

Se o cenário fiscal de curto prazo muda pouco, no médio e longo prazo o desafio de reequilibrar as contas públicas é expressivo, mostra o estudo.

Ou seja, restabelecer as condições mínimas de sustentabilidade da relação

dívida/PIB. De acordo com o relatório, o risco de insolvência fiscal está controlado, mas ele existe em cenário pessimista, no qual a dívida poderia alcançar 100% do PIB entre 2020 e 2021. Aprofundar o ajuste fiscal e retomar o crescimento econômico é o caminho para evitar essa trajetória, avalia a IFI.

Metas

Conforme explica o diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, as metas de resultado primário e o teto de gastos (Emenda Constitucional 95/2016) impõem ao Estado a necessidade de observar sua capacidade de financiamento e a forma com que os recursos públicos são utilizados.

— Vai ser muito difícil cumprir o teto de gastos se não houver mudança na dinâmica das despesas obrigatórias. Há espaço para cortes. Mas esse espaço vai se reduzindo ao longo do tempo à medida que o teto vai exercendo a sua força e ao longo dos anos vai comprimindo a chamada margem fiscal.



A senadora participa da canonização de mártires potiguaras no Vaticano

No Vaticano, Fátima cita exemplo de 30 santos do Rio Grande do Norte

Em cerimônia no Vaticano, no domingo, o papa Francisco canonizou os chamados 30 mártires do Rio Grande do Norte. A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) esteve presente ao evento, em uma comitiva integrada por deputados, por prefeitos, pelo governador do Rio Grande do Norte, Robinson Faria, e por representantes da Arquidiocese de Natal.

Fátima disse que foi um momento histórico para o Rio Grande do Norte e o Brasil. Ela explicou que várias iniciativas estão em curso, da Igreja Católi-

ca juntamente com prefeituras e o governo do estado, para que a história dos mártires seja conhecida, “pelo exemplo de vida que deram na defesa da solidariedade, da justiça e da dignidade”. Com a canonização, são esperados peregrinos no monumento aos mártires em São Gonçalo do Amarante.

Segundo os historiadores, os 30 que agora são considerados santos foram assassinados em 1645 por calvinistas holandeses em Cunhaú (atual Canguaretama) e Uruaçu (hoje São Gonçalo do Amarante).

Para auditor, norma do Ministério do Trabalho põe o país “na contramão da história”. Titular da pasta deve ser ouvido. Segundo ministro do TST, fiscalização precisa de verba

Portaria sobre trabalho escravo é criticada

PORTARIA PUBLICADA ONTEM no *Diário Oficial da União* vai praticamente inviabilizar o combate ao trabalho escravo. A afirmação é do auditor-fiscal do Trabalho, Renato Bignami, que esteve ontem em audiência pública da subcomissão formada no âmbito da Comissão de Direitos Humanos para elaborar um Estatuto do Trabalho. Segundo ele, a norma parte de uma concepção ultrapassada de que tal prática criminosa se restringe ao cerceamento da liberdade do trabalhador.

A portaria dispõe sobre trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador resgatado em ações de fiscalização do Ministério do Trabalho.

— É uma portaria que nos pegou de surpresa. Foi forjada por pessoas que não conhecem o enfrentamento ao trabalho escravo e não vai contribuir para combater o problema. Só vai causar mais conflito, por partir de uma concepção ultrapassada, que põe o Brasil na contramão da história — opinou.

O vice-presidente da subcomissão, Paulo Paim (PT-RS), informou que o colegiado vai questionar formalmente o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, sobre o assunto.

Chaga

Para o ministro Lelio Bentes Corrêa, do Tribunal Superior do Trabalho, iniciativas que propõem a revisão do conceito de trabalho escravo seriam trágicas, inclusive em âmbito judicial. Ele chamou a atenção



Paim (C) dirige audiência pública da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho. Senador quer ouvir o titular da pasta a respeito da portaria

para o fato de o trabalho escravo ser uma chaga que atinge 40 milhões de pessoas e ter virado a segunda atividade ilícita mais rentável do planeta, atrás apenas do tráfico de drogas.

Segundo Corrêa, o Brasil ainda é visto internacionalmente como uma nação que combate o crime, mas surgem preocupações, como o esvaziamento orçamentário da fiscalização trabalhista:

— É preciso se pensar numa posição mais autônoma para a inspeção do trabalho. Não se pode ficar à mercê da conjuntura política. Tem que ser um compromisso permanente e irreversível com a cidadania no ambiente de trabalho.

Missão

A subcomissão pretende elaborar um Estatuto do Trabalho em contraponto com a reforma aprovada pelo governo Temer. A previsão do colegiado é apresentar um anteprojeto em abril do ano que vem.

Juíza: Estado tem que tutelar atividade artística infantil

A vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Noemia Garcia Porto, afirmou que a entidade está preocupada com a regulamentação da atuação de crianças e adolescentes na atividade artística. Ela lembrou o projeto de lei sobre o tema, em tramitação no Senado (PLS 231/2015), que, segundo ela, não deve resolver o problema, por ter uma falha: atribuir somente aos pais o poder de autorizar a atividade, deixando o Estado de fora, de modo que o trabalho seja considerado uma mera manifestação artística e cultural.

— Trabalho infantil artístico é trabalho sim, e deve ser tutelado pelo Estado. É uma exploração que muitas vezes conta com o deslumbramento e a cumplicidade dos pais e responsáveis [...]. Mesmo em

atividades glamourosas, há risco para crianças. O marco regulatório é importante, mas não do modo atual. O projeto está longe de alcançar patamares mínimos de proteção — disse.

Ela lembrou que o trabalho artístico exige treinamento, dedicação, sacrifícios e disciplina, o que passa despercebido pela maioria.

— As crianças ficam sujeitas ao cansaço, ao convívio com o mundo adulto e ao amadurecimento precoce — advertiu.

Segundo Noemia, outros países já atentaram para a importância da regulação do trabalho infantil artístico. Ela lembrou que na Califórnia — onde está localizada Hollywood — existe uma lei garantindo aos menores a propriedade de seus ganhos, em detrimento dos pais.

— Parte da sociedade visualiza essa atividade como

mero divertimento, como se fosse brincadeira, e não é — assinalou.

Para ela, no Brasil uma futura regulamentação deve levar em conta detalhes como jornada máxima, horário de trabalho, condições ambientais da atividade, desempenho escolar e a manifestação do Ministério Público do Trabalho, entre outras questões.

A vice-presidente da Anamatra sugeriu a Paulo Paim (PT-RS) que inclua o tema no Estatuto do Trabalho que está sendo elaborado pela subcomissão.

O PLS 231/2015 é de Valdir Raupp (PMDB-RO) e está na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sob a relatoria de Marta Suplicy (PMDB-SP). Em agosto, ela apresentou requerimento para realização de uma audiência pública para tratar do assunto.

Justiça Militar vai julgar crime cometido por militares contra civil

Os crimes intencionais cometidos contra civis por militares em missões de garantia da lei e da ordem e em outras situações passarão a ser julgados pela Justiça Militar. É o que define a Lei 13.491/2017, sancionada na sexta-feira e publicada ontem no Diário Oficial da União.

A lei tem origem no PLC 44/2016, aprovado no Senado na terça-feira da semana passada. O texto altera o Código Penal Militar (Decreto-Lei 1.001 de 1969) para prever que serão da competência da Justiça Militar da União os crimes dolosos (intencionais) contra a vida cometidos por militares das Forças Armadas contra civil, nos seguintes casos: no cumprimento de ações estabelecidas pelo presidente da República ou pelo ministro da Defesa; em ação que envol-

va a segurança de instituição militar ou de missão militar, ou ainda em atividade de natureza militar, de operação de paz, de garantia da lei e da ordem ou de atribuição subsidiária, realizada de acordo com a Constituição, o Código Brasileiro de Aeronáutica ou o Código Eleitoral.

Atualmente, o Código Penal Militar lista alguns crimes, principalmente relacionados a atividades militares, nos quais o julgamento é feito pela Justiça Militar, exceto se forem dolosos contra civis. Exclui-se dessa regra o abate de aviões que não respondam ao comando de aterrissagem dado por aeronave militar de patrulhamento.

Pela nova lei, se um militar matar um civil durante uma operação, ele será julgado pela Justiça Militar, e não mais pelo

tribunal do júri (colegiado de cidadãos sorteados). Se ele cometer um homicídio intencional em uma situação fora do trabalho, será julgado pela Justiça comum.

— O tribunal do júri visa permitir que cidadãos julguem seus pares, ou seja, outros cidadãos. Militares das Forças Armadas no exercício de sua missão não estão agindo como cidadãos, mas sim como o próprio Estado. A força máxima deste deve ser julgada por Justiça Militar especializada, que entende e conhece as nuances da sua atuação — disse o relator do texto, Pedro Chaves (PSC-MS), ao lembrar que a atuação da Justiça Militar não é corporativista, e sim especializada.

A aprovação do texto no Senado gerou polêmica. Isso porque a nova regra atua para

o julgamento de homicídios em missões de garantia da lei e da ordem (GLO), como a realizada na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro. Lindbergh Farias (PT-RJ) destacou o risco de que se tornem cada vez mais frequentes os pedidos de intervenção das Forças Armadas no problema da violência, para o qual os militares não são devidamente preparados.

Roberto Requião (PMDB-PR) classificou o projeto como irresponsável por banalizar o uso das Forças Armadas como polícia. Ele informou que apresentará projeto para prever que os pedidos de utilização do Exército nesse tipo de operação sejam examinados pelo Senado.

— Exército não é polícia. Eu fico perguntando a vocês: amanhã ou depois, vocês querem o filho alistado no Exército

para defender a Pátria sendo destacado, pela irresponsabilidade de um presidente, a confrontar traficantes na favela da Rocinha e vir a falecer com um balaço na cabeça? Não tem cabimento. O Exército não está adaptado para esses confrontos urbanos.

Já Cristovam Buarque (PPS-DF) classificou o texto como “uma solução esparadrapo” para um problema estrutural que é a crise na segurança pública. Jorge Viana (PT-AC) disse ser a favor do projeto para resguardar os homens que tem que ajudar as polícias. Ana Amélia (PP-RS) também cobrou segurança jurídica para os militares.

— Não dar essa proteção aos militares seria um desastre total, do ponto de vista institucional e da própria segurança pública do nosso país.